

OS SINDICATOS: NÃO HÁ QUE CONQUISTÁ-LOS, HÁ QUE DESTRUÍ-LOS

Lucas Maia¹

Desde fins dos anos de 1990 é perceptível uma reemergência dos processos de contestação social. O fim do regime de acumulação conjugado (conhecido ideologicamente como fordismo) presenciou um contingente enorme de lutas sociais, sendo o maio de 1968 em Paris o mais radical. Mas para além deste grande emblema das lutas do período anterior, houve, em várias partes do mundo, em diferentes níveis de radicalização, a existência de inúmeras lutas. Estas lutas, operadas nas democracias liberais (Inglaterra, Estados Unidos, França etc.), nas ditaduras do capitalismo subordinado (Brasil, Chile, Portugal etc.) e nas ditaduras dos países de capitalismo de estado (Polônia etc.) demonstram que a contestação de fins dos anos de 1960, 1970 e década de 1980 foi um processo bastante vasto.

O estabelecimento do regime de acumulação integral (conhecido ideologicamente como flexível) conseguiu fazer todo este conjunto de lutas, chegando algumas às margens de verdadeiras revoluções, recuar e no limite, liquidar-se completamente. Toda a década de 1980, período de implantação do assim chamado neoliberalismo e a década de 1990, período de generalização e consolidação deste novo regime de acumulação, foi caracterizada por um grande recuo das lutas operárias em particular e do conjunto das lutas sociais em geral.

O fim dos anos de 1990 e início da década de 2000 marca um novo estágio de ascensão de processos contestatórios, contudo, sem ainda terem conseguido se generalizar e adquirir caráter duradouro. O Movimento Antiglobalização, que teve certa importância até meados dos anos 2000 marca o início deste processo de ascensão das lutas e de rearticulação dos movimentos sociais. Alguns exemplos, pelo mundo, ilustram isto: o Movimento Piqueteiro na Argentina (de meados dos anos de 1990 até 2003, apresentando recentemente certo recuo), o levante indígena de Chiapas (1996, existindo até hoje) e a Comuna de Oaxaca (2007) no México, o *Reclaim the Streets* em Inglaterra (década de 1990), as lutas pelo transporte no Brasil em 2003, 2004, 2005, sua retomada

¹ Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Militante do Movimento Autogestionário

no ano de 2013 etc. Poderíamos, citar aqui, várias outras experiências. Estas, contudo, demonstram que *um novo ciclo de lutas se iniciou e estamos dentro dele*. Elemento a se considerar em tudo isto: o movimento operário, como classe auto-organizada atacando as relações de produção capitalistas ainda se encontra desarticulado. A classe operária ainda não se apresentou, como classe autodeterminada, independente no conjunto das lutas sociais, exceto em situações bem específicas e momentos bem delimitados.

Esta emergência das lutas sociais novamente traz à tona a discussão crítica sobre a sociedade capitalista. Há uma recuperação do anarquismo, do conselhismo, do situacionismo, luxemburguismo etc. bem como há uma elaboração de uma cultura contestadora, muitas vezes de caráter eclético, ambíguo etc. Este novo momento que vivenciamos é frutífero para o debate crítico e ele, com todos os entraves e dificuldades que é possível mapear, está sendo realizado. O desenvolvimento de novas formas de organização e a crítica das velhas estruturas organizativas dos trabalhadores (sindicatos “amarelos”, “pelegos”²... partidos políticos burocratizados, movimentos sociais, ONG’s etc.) cria um ambiente propício ao desenvolvimento de novas ideias, recuperação do pensamento crítico etc.

É neste quadro que há uma retomada do interesse por parte de militantes, intelectuais, estudantes, trabalhadores politizados etc. pelo debate em torno dos sindicatos. Há atualmente toda uma tendência em recuperar as velhas ideias de sindicalismo revolucionário, anarco-sindicalismo, sindicalismo. Urge, pois, debater a essência e historicidade das instituições sindicais para avaliar a retomada das ideologias que tentam justificá-las. Assim, a discussão acerca das instituições sindicais e das ideias que as acompanham é uma necessidade prática para o empreendimento das lutas que se avizinham. Este texto não prima pela novidade teórica, nem se compõe de uma extensa análise histórica do sindicalismo e de suas várias tendências. Nosso objetivo é muito mais

² As expressões sindicatos “amarelos” e “pelegos” são bastante antigas dentro do movimento operário. Os chamados sindicatos “amarelos”, no Brasil, embora pré-existam ao enquadramento sindical feito pelo Estado Novo durante a era Vargas, tornam-se hegemônicos a partir de então. Os sindicatos “amarelos” são aquelas instituições sindicais sob controle do Estado ou dos patrões, nos quais os trabalhadores tem pouca ou nenhuma influência. A expressão sindicatos “pelegos” vem na mesma direção, referindo-se àquelas instituições sindicais cujas burocracias estão tão incorporadas na dinâmica institucional, com tantos interesses para aquém dos trabalhadores, que não se dispõem mais à luta, muito pelo contrário, funcionam muito mais como instituições que amortecem os conflitos de classe, do que propriamente fazem avançar a luta de classes operária.

modesto. *A tese aqui a ser defendida é: os sindicatos são instituições, na atualidade, conservadoras e, portanto, contrárias ao desenvolvimento e autonomização da classe operária e demais classes trabalhadoras. Se, no passado, cumpriram importante papel na luta dos trabalhadores pela emancipação foram, historicamente, superadas como instrumento de ação. Os sindicatos são, pois, organizações a serem combatidas e não recuperadas. Da mesma forma, as ideologias que os justificam são ideias a serem combatidas e não desenvolvidas ou aprimoradas.*

O didático ensaio de Silva (2013) nos permite compreender três elementos constituidores dos sindicatos: a) o sindicato como instituição que negocia o valor da força de trabalho; b) a relação dos sindicatos com os partidos da decadente esquerda; c) a necessidade de superação da instituição sindical. Ele aponta estes três elementos, discutindo a concepção de sindicato presente em Marx, Lênin, Totsky e Pannekoek.

Marx e Engels, já em finais do século XIX, ao discutir a luta operária via organização sindical, reconheciam a importância que tais organizações tinham para a luta proletária. O capital, como relação social de produção, funda-se num antagonismo entre burguesia e proletariado. A relação entre estas duas classes sociais fundam a sociedade moderna. Esta relação antagônica baseia-se numa disputa cotidiana. Os capitalistas visam aumentar a extração de mais-valor, ao passo que os proletários visam reduzir tal extração. Independentemente da consciência de classe de cada uma destas classes em disputa, no cotidiano, é assim que esta relação se estabelece. Os sindicatos cumpriam, já no tempo de Marx e Engels, como cumprem ainda hoje, o papel de não permitir que o valor da força de trabalho desça a um nível intolerável. Assim, negociar o salário e fazer certa pressão para melhora das condições de trabalho, de vida dos trabalhadores é a tarefa essencial das instituições sindicais. Mesmo que nas últimas décadas nem esta tarefa os sindicatos cumpram adequadamente, em essência, como instituição dentro da sociedade capitalista, os sindicatos cumprem este papel. As análises de Marx e Engels acerca dos sindicatos apontam para esta direção. Ou seja, reconheceram o significado destas organizações para a luta proletária, mas já verificavam que, devido suas prioridades e formas de atuação já se apresentavam certos limites que os sindicatos

nunca conseguiram superar. Como veremos mais adiante, não se trata de limites, mas sim da essência da instituição sindical.

Sem entrar em pormenores acerca das distinções entre Lênin e Trotsky, quero demonstrar o elemento que aproximam os dois no que toca à questão sindical. Tanto um como outro são expressões eminentes do chamado bolchevismo, espécie de variante russa do início do século XX do assim chamado pensamento socialista. Ambos, por expressarem a concepção bolchevique, ou seja, de defenderem a ideologia da vanguarda “revolucionária”, tem obrigatoriamente que reconhecer: a) os operários são incapazes de chegarem por si mesmos a uma consciência revolucionária. No máximo, desenvolvem uma consciência *tradeunista*, sindical. Os operários, largados a si mesmos, dizem, só conseguem lutar por interesses econômicos, mesquinhos, nunca conseguem desenvolver uma verdadeira consciência socialista; b) por só conseguirem, sozinhos, desenvolver uma consciência sindical, os operários necessitam dos sábios vindos das classes privilegiadas (pequena burguesia, como gostavam de afirmar), portadores da ciência do socialismo (o “marxismo”-leninismo ou socialismo científico), para receberem destes a consciência revolucionária. Ou seja, os proletários só poderiam ser revolucionários se fossem dirigidos pelos sábios organizados no Partido Comunista³. Surge daí a importância da relação entre sindicatos e partidos políticos. O sindicato deveria ser, na apreciação de Lênin e Trotsky, correia de transmissão do partido político. Isto quer dizer que os sindicatos fazem a luta econômica, obedecendo as diretrizes do partido e o partido se encarrega de articular as lutas econômicas à luta política em direção ao socialismo. Esta estratégia de ação dos partidos bolcheviques existentes é praticada até hoje.

Por último, Anton Pannekoek⁴, um dos principais integrantes da corrente dos Comunistas de Conselhos, apresenta uma concepção diferente com relação ao papel das instituições sindicais. Antes de se tornar um comunista conselhistas, Pannekoek foi membro do Partido Socialdemocrata da Alemanha. Quando ainda membro do partido, defendia concepção semelhante à de Marx e Engels, dizendo que os sindicatos são

³ Não dispomos de espaço, neste ensaio, para desenvolver melhor a crítica ao bolchevismo. Para tanto, confira nosso trabalho Maia (2010), bem como toda a crítica do assim chamado Comunismo de Conselhos aos bolcheviques. Entre tantas obras, cf. Pannekoek, Korsch, Mattick (1976).

⁴ Para uma discussão sobre concepção de sindicato presente em Anton Pannekoek, além do estudo já citado de Silva (2013), confira também Viana (2011) e Mendonça (2011).

importantes por que negociam o valor da força de trabalho. Apontava também que os sindicatos cumpriram um importante papel como “escola do proletariado”. Ali, o proletariado se colocaria diante da necessidade de organização, de disciplina, de solidariedade, ou seja, se veria como membro de uma determinada classe. Pannekoek foi membro da Socialdemocracia até 1914. Quando rompe com o partido, vai, juntamente com toda uma ala de esquerda, aprofundando as críticas aos sindicatos. Quando eclode em 1917 a Revolução Russa e em seguida, em 1918, a Revolução Alemã e toda onda de greves e rebeliões operárias e camponesas que assolam a Europa até mais ou menos 1923, as posições dos grupos e dos militantes revolucionários vão se clarificando cada vez mais. Devido às características da Revolução Alemã que foi marcada por uma profunda oposição entre sindicatos e conselhos operários, na qual os sindicatos eram em sua maioria dominados pelo Partido Socialdemocrata ou tinham ainda concepções mais à direita do espectro político, as posições dos militantes e intelectuais alinhados à luta proletária tenderam a observar mais detidamente as instituições sindicais.

Esta observação e crítica rigorosa aos sindicatos permitiu um grande avanço na compreensão de tais instituições e seu significado na luta política. Como estamos analisando as ideias de Pannekoek (mas é necessário frisar que esta foi uma tendência seguida por vários autores e grupos de esquerda), vejamos como ele vai construindo sua crítica aos sindicatos. A percepção de que as instituições sindicais mudaram ou adquiriram uma estrutura e forma diferenciadas do que tinham no século XIX foi a base a partir da qual foi possível edificar a crítica. De organizações de trabalhadores, os sindicatos tornam-se instituições regulamentadas pelo Estado, administrando recursos consideráveis, tendo imprensa própria, escritórios etc. Esta modificação gerou uma classe de burocratas especializados em gerir as lutas dos trabalhadores. Este elemento permitiu a Pannekoek identificar nestas instituições não mais organismo de luta da classe trabalhadora, mas sim uma nova fração de burocratas que administram as lutas em seu próprio interesse de classe. Apresenta-se, pois, mais uma oposição de classe dentro da sociedade capitalista. Pannekoek identifica nos IWW⁵, uma das últimas experiências

⁵ *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores Industriais do Mundo). Organização dos trabalhadores precarizados dos Estados Unidos das primeiras décadas do século XX. Este sindicato, que devido suas características (organização de base, assembleísmo, não seguimentação da luta por categorias

sindicais que adquiriram radicalidade, apontando em alguns aspectos de suas ações e formas de organização, elementos que apontavam para uma transformação revolucionária da sociedade.

Pannekoek encerra assim, em sua famosa obra *Os Conselhos Operários*, sua apreciação sobre os sindicatos:

O desenvolvimento do capitalismo, o aumento do número de trabalhadores e a premente necessidade destes de associar-se, transformaram os Sindicatos em organizações gigantescas que exigem um “estado maior”, cada vez mais importante, de profissionais e dirigentes. Nasceu uma burocracia. Realiza o trabalho administrativo. Converteu-se numa potência que reina sobre os filiados, pois todos os elementos do poder estão nas mãos dos burocratas sindicais. (...) Reina uma democracia totalmente formal. Os membros sindicalizados reunidos em assembleias, os delegados eleitos para os Congressos devem tomar as decisões, tal como o povo decide em política por meio do Parlamento e do Estado. Porém, as mesmas razões que fazem do Parlamento e do Governo os senhores do povo, encontram-se de novo nestes parlamentos laborais. A burocracia dos especialistas oficiais, sempre na linha de frente, transforma-se em uma espécie de governo sindical, reinando sobre os filiados, já que estes estão absorvidos por seu trabalho e suas preocupações cotidianas. Já não se exige a solidariedade, esta virtude proletária por excelência, mas sim a disciplina e a obediência às decisões (PANNEKOEK, 1977, p. 101/102).

Uma apreciação do que já foi dito é necessária para que nossa tese exposta no início fique melhor demonstrada. Marx, ao considerar tais instituições vivia num contexto social e histórico específico, ou seja, a Europa da segunda metade do século XIX. Neste momento, as instituições sindicais nada se assemelham aos sindicatos que passam a existir, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo neste contexto, como demonstra o estudo de Silva (2013), Marx já apontava algumas limitações que pareciam intrínsecas à instituição sindical. O que Marx destacava era a falta de visada dos membros destas organizações para a luta revolucionária, ou seja, aquela que abole o *salariato* e a classe operária e todas as classes da sociedade capitalista.

profissionais, crítica do corporativismo e localismo etc.) conseguiu ser a última expressão, nos EUA, de um sindicalismo mais radicalizado. Os IWW se assemelham ao sindicalismo revolucionário que existiu em Europa em finais do século XIX e também no Brasil, Argentina, Chile até as três primeiras décadas do século XX.

O século XX trouxe consigo novos elementos e colocaram as organizações das classes trabalhadoras em novo patamar, passando estas, na verdade, a expressarem interesses outros que não os dos trabalhadores, convertendo-se, no final das contas, em organizações de outras classes e frações de classe que falam em nome da classe operária. Para entender isto, é necessário, antes, compreender o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista. Este procedimento é necessário, pois se não ficamos nós, militantes, ressuscitando mortos, velhas ideias, velhas instituições que ao invés de contribuírem para um avanço real da organização e consciência da classe proletária, contribuem para sua paralisia e retrocesso.

Para um estudo disto, temos que recuperar as discussões que Nildo Viana vem fazendo nos últimos anos com sua teoria dos regimes de acumulação⁶. A sociedade capitalista passou, segundo sua abordagem, por quatro fases ou regimes de acumulação: extensivo; intensivo; conjugado; integral. Vejamos isto um pouco mais de perto para apreciarmos o sentido exato de tal desenvolvimento para a luta proletária e, portanto, para as instituições sindicais.

Ao período de transição do modo de produção feudal até o estabelecimento do modo de produção capitalista como uma forma dominante de organização da produção e da sociedade como um todo, Marx deu o nome de “Acumulação Primitiva de Capital” (MARX, 1984). Tratou-se de um conjunto de processos que se operaram em Europa e no mundo todo com vistas a criar as condições adequadas até a vitória final da burguesia contra as classes do *Ancien Régime*. Findada a acumulação primitiva de capital, ou seja, do século XIV, XV até fins do século XVII, inicia-se a acumulação de capital propriamente dita, fundada na exploração da classe operária pela classe capitalista, ou seja, o primeiro regime de acumulação de capital, o extensivo.

Antes de prosseguir, contudo, é necessário definir o conceito de regime de acumulação. Segundo Nildo Viana, um regime de acumulação pode ser definido como uma etapa do desenvolvimento capitalista na qual as lutas de classes encontram-se num certo patamar de estabilidade que permite um desenvolvimento sem grandes percalços do processo produtivo em particular e do conjunto da sociedade em geral. Esta

⁶ Para maiores detalhes desta sua abordagem, confira suas obras Viana (2003; 2009).

estabilidade das lutas de classe, mantidas num nível ordinário, dá-se mantendo uma articulação adequada entre o processo de valorização do capital (extração de mais-valor do conjunto da classe operária), uma forma estatal específica e relações internacionais determinadas e coerentemente articuladas. Assim, a cada etapa do desenvolvimento capitalista, a cada regime de acumulação, os processos de valorização do capital, a instituição estatal e as relações internacionais assumem formas específicas e articuladas conformando uma etapa do desenvolvimento social nos limites da sociedade capitalista.

Devido ao fato de o capital ser uma “contradição ambulante” ou “contradição em processo”, segundo expressão de Marx (2011), ele produz progressivamente contradições e dificuldades que o obrigam a rearticular todo o processo social a fim de manter a produção. Segundo argumenta Viana (2009) o que permite a passagem de um regime de acumulação a outro ou o que leva um regime de acumulação a entrar em crise são geralmente dois processos que só podem ser entendidos como elementos de uma mesma totalidade: a) tendência declinante da taxa de lucro e b) radicalização progressiva das lutas de classe. O desenvolvimento espontâneo do capitalismo produz como demonstrou Marx (1983), bem como Barrot (1977), a tendência declinante da taxa de lucro. Este é um processo que atinge o conjunto da sociedade capitalista e nenhum capitalista individual, nem mesmo seu representante “universal”, o Estado, pode evitar. À medida que tal tendência vai se confirmando no conjunto da sociedade, torna-se cada vez mais inevitável também uma radicalização das lutas proletárias e esta luta de classes acaba por interferir também no desenvolvimento social como um todo. Quando tais processos assumem formas drásticas (crise de acumulação, greves, rebeliões operárias, paralisação nos mercados etc.) ocorrem, geralmente, mudanças nos regimes de acumulação e todo o processo social é rearticulado, passando pelas mudanças nos processos de extração de mais-valor o que exige uma readequação da instituição estatal o que acaba por configurar mudanças a escala mundial ao nível das relações internacionais.

O regime de acumulação extensivo⁷ estende-se de fins do século XVII e vai até meados do século XIX quando começa a apresentar dificuldades de reprodução. É

⁷ Não vou descrever em detalhes cada um deles. Para tanto, consulte as obras citadas de Nildo Viana.

caracterizado pela predominância de extração de mais-valor absoluto; pelo Estado liberal e por relações internacionais fundadas no neocolonialismo. A extração predominante de mais-valor absoluto pode ser observada nas longas jornadas de trabalho características dos séculos XVIII e XIX. O estado liberal era marcado pelo seu intervencionismo básico nos processos de mercado, pelo não reconhecimento das organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos, cooperativas etc.), pela democracia censitária, na qual só votavam homens (as mulheres estavam excluídas) e ricos. Este regime de acumulação começa a entrar em crise em meados do século XIX e já em fins deste século um novo regime de acumulação se estabelece a partir dos escombros da Comuna de Paris, forma de luta operária mais radical do século XIX.

O regime de acumulação intensivo é, após um longo processo de adaptações, mudanças e lutas de classes, estabelecido. Este vai de fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. É caracterizado pela predominância na extração de mais valor relativo, pelo estado liberal-democrático e por relações internacionais fundadas no imperialismo. A luta operária de todo o século XIX obrigou os capitalistas a reduzirem as jornadas de trabalho para 8 horas já no início do século XX em quase todos os países do mundo industrializado. Isto obrigou-os a elaborar técnicas que aprimorassem a extração de mais-valor relativo. O taylorismo foi a forma encontrada de tal acontecer. O Estado também teve que se adequar. Sua velha forma intransigentemente liberal teve que sofrer adaptações, em grande parte por pressão dos trabalhadores. Os sindicatos, os partidos políticos tiveram que ser reconhecidos, a democracia deixou de ser censitária e assumiu a forma de democracia burguesa partidária etc. Daí, nesta etapa do desenvolvimento capitalista, o Estado assumir sua forma liberal-democrática. As relações internacionais, à medida que as colônias de América conquistam sua independência e África e Ásia passam a ser objeto da gana capitalista de modo mais direto do que vinham sendo até então, passa-se das relações internacionais neocoloniais para o que ficou conhecido como imperialismo. Este período também é marcado por grandes lutas operárias e camponesas. As revoluções russa, alemã, húngara de fins da Primeira Guerra Mundial até mais ou menos 1923 marcam as grandes lutas sociais deste regime de acumulação, sendo a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939 o último suspiro das lutas operárias em Europa e o movimento dos desempregados, via IWW, no EUA.

A crise deste regime de acumulação obriga, após a Segunda Guerra Mundial, a classe capitalista novamente reorganizar o processo produtivo estabelecendo um novo regime de acumulação, o conjugado. Este é marcado pela extração de mais-valor relativo nos países de capitalismo central e mais-valor absoluto nos países de capitalismo subordinado que se industrializam rapidamente (Brasil, Argentina, África do Sul etc.). A organização dos processos de exploração se dá conforme os princípios do fordismo (aprimoramento e aprofundamento do taylorismo). Esta combinação de processos de exploração no capitalismo central via extração de mais-valor relativo e de uma superexploração nos países de capitalismo subordinado, via extração de mais-valor absoluto, criou as condições para o estabelecimento do Estado integracionista em Europa e Estados Unidos (chamado ideologicamente de Estado de bem-estar-social). Este Estado integracionista caracterizou-se por uma burocratização maior do conjunto da sociedade, formando aquilo que Lefebvre (1991) denominou de “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Este Estado integracionista cria a democracia partidária burocrática, integrando e legislando cada vez mais as velhas organizações operárias (partidos, sindicatos, associações, cooperativas etc.). As relações internacionais aprofundam os processos de exploração típicos do imperialismo, baseado agora no poder das grandes corporações transnacionais fundando aquilo que Viana denominou de oligopolismo transnacional. Este regime de acumulação enfrenta sérias crises de reprodução. Estabelece-se como regime dominante logo após o término da Segunda Guerra Mundial e perdura até fins da década de 1970. Contudo, já no final dos anos de 1960 entra seriamente em crise e as lutas de classe mais expressivas desta etapa são a rebelião operária/estudantil de maio de 1968 em Paris com implicações em várias partes do mundo. As últimas lutas expressivas deste momento foram as empreendidas na Polônia ao longo da década de 1970, mas, sobretudo, no ano de 1980. Trata-se da resistência operária ao Partido Comunista Polonês, lutas estas que levaram ao colapso o regime de capitalismo de Estado (ideologicamente chamado de “socialismo real”) existente na Polônia há décadas.

A década de 1980 é a porta de entrada para uma nova etapa do desenvolvimento capitalista e nós estamos dentro dela agora, o regime de acumulação integral. Este é fundado numa ampliação da extração de mais-valor absoluto e relativo tanto nos países de capitalismo central, quanto nos países de capitalismo subordinado.

Esta ampliação da exploração se dá pela substituição das táticas fordistas/tayloristas pelo toyotismo. Para que tal recuo nos direitos trabalhistas se efetivasse, foi necessário mudar a organização estatal e o Estado de bem-estar-social foi sendo convertido em Estado neoliberal. Inicialmente em Europa e Estados Unidos na década de 1980 e nos anos de 1990 forçam as mesmas mudanças nos países de capitalismo subordinado (América Latina etc.). Este Estado retira direitos dos trabalhadores, mas, curiosamente, não ataca as instituições que dizem representá-los, os sindicatos. Mantém a democracia representativa partidário-burocrática, pois esta não afeta seus interesses. As relações internacionais aprofundam a exploração oligopolista transnacional, assumindo as corporações um poder que não tinham até então. Mas além deste aprofundamento, desenvolve-se também o que Viana denominou de neoimperialismo, que consiste numa tática de conflito (bélico e econômico) de destroçar países na periferia do capitalismo, movimentando o capitalismo de guerra, bem como beneficiando grandes corporações que vão reconstruir as forças produtivas destruídas nos países sob ataque.

Esta descrição sumária do desenvolvimento capitalista tem um sentido dentro de nossa argumentação. Como já discutiu Pannekoek em um texto de 1936 sobre *O Sindicalismo*⁸, no período do “pequeno capital”, ou seja, durante o regime de acumulação extensivo, os sindicatos cumpriram o seu papel de colocar freio à gana capitalista. Os sindicatos foram uma forma mais ou menos natural deste estágio do desenvolvimento da luta proletária. À medida que se passa para a fase do que ele chamou dos “monopólios”, ou seja, o período da acumulação intensiva, na qual os oligopólios passam a dominar a cena econômica, os sindicatos perderam seu significado, pois não tem mais a capacidade de concorrência frente ao grande capital. Além do mais, os sindicatos passaram de pequenas organizações de operários a gigantescas instituições estabelecidas, regulamentadas, instituídas pela legislação estatal. Via de regra, os líderes sindicais passaram de militantes perseguidos (estado liberal) a burocratas administradores das instituições sindicais (Estado liberal-democrático, fenômeno que se aprofunda sob o Estado integracionista e prossegue até hoje sob o Estado neoliberal). Estas mudanças

⁸ Pannekoek et. al. (1973). Este texto pode também ser encontrado facilmente na internet, traduzido para o português.

históricas não são algo desprezível. Desconsiderá-las é jogar no fundo da lixeira processos sociais que determinam profundamente as lutas dos trabalhadores.

O estabelecimento do regime de acumulação conjugado, caracterizado por uma burocratização intensa de toda a sociedade teve significados muito mais profundos para os sindicatos. Estes passaram a ser gestores de recursos milionários, recebendo subvenções do Estado, milhares de filiados pagando a contribuição sindical etc. Isto é tão sério, que em algumas situações, como demonstrou Bernardo (1987), os sindicatos passaram a ser proprietários que exploram a força de trabalho operária. Ele deu a isto o nome de “capitalismo sindical”.

Um outro aspecto que revela um lado ainda mais burocrático e antiproletário dos sindicatos é a proliferação de cargos e instituições ligadas à esfera sindical. Os sindicatos por categorias profissionais (metalúrgicos, rodoviários, ferroviários etc.) se articulam em instituições ainda maiores e mais distantes dos trabalhadores sindicalizados, as chamadas centrais sindicais⁹. Trata-se de toda uma articulação burocrática, na qual a burocracia sindical prolifera e cria cada vez mais poderes, cada vez mais recursos. Quanto mais alto está o indivíduo na burocracia do sindicato, seja membro de um grande sindicato de categoria profissional, seja membro de uma grande ou pequena confederação de sindicatos, mais distante ele está dos trabalhadores aos quais julga representar.

Forma-se, nitidamente, uma classe social com interesses muito bem específicos e delimitados que não coincidem com os dos trabalhadores que os sindicalistas comumente denominam “base”. A própria divisão expressa na linguagem “base” e “direção” já denuncia uma diferença que é necessário evidenciar. Os Comunistas de Conselhos (Ruhle, Mattick, Pannekoek, Korsch etc.) foram muito perspicazes ao perceberem o caráter burocrático dos sindicatos, bem como foram politicamente coerentes ao conseguirem delimitar a burocracia sindical como uma classe social distinta.

⁹ Embora esta tendência já começasse a ser percebida no regime de acumulação intensivo, é sobretudo sob esta nova fase, no regime de acumulação conjugado que ela se confirma na maioria dos países, assumindo na acumulação integral sua forma mais cristalizada.

É necessário, contudo, situar isto dentro do desenvolvimento capitalista. Durante o regime de acumulação extensivo, a percepção da burocracia como classe social esteve relacionada à burocracia estatal e à burocracia empresarial (*managers*)¹⁰. Marx, por exemplo, foi categórico na crítica destas duas frações de classe da burocracia. Contudo, em seu tempo, era impossível perceber e criticar outras frações desta classe. No seio mesmo do movimento operário, começa a se desenvolver duas frações da classe burocrática: a burocracia partidária e a burocracia sindical.

Durante o regime de acumulação intensivo, quando o estado liberal-democrático se estabelece, criou-se as condições para que estas duas frações da burocracia civil se ampliasse e foi o que de fato aconteceu. À medida que os sindicatos se tornaram instituições dentro do capitalismo, regulamentada e regulada, com recursos próprios e corpo administrativo independente, isto fortaleceu esta fração de classe da burocracia. Durante o regime de acumulação conjugado, marcado por uma ampliação sem precedentes dos processos de burocratização, esta fração da burocracia se consolidou em “estados maiores” inalcançáveis aos operários. As centrais sindicais são a prova mais clara desta afirmação. Os seus diretores estão, via de regra, mais pertos da burocracia governamental do que dos operários que eles dizem representar. Com frequência, por exemplo, membros destas centrais assumem cargos nos governos.

Acabei de descrever o desenvolvimento, em linhas gerais, do sindicalismo. Naturalmente que diferenças nacionais, regionais etc. complexificam a análise e somente o estudo de casos concretos pode denunciar estas variações. No caso brasileiro, por exemplo, foi possível um sindicalismo radicalizado em fins do século XIX até a década de 1930. Neste período, no Brasil, baseado num Estado de corte liberal radical, foi possível o desenvolvimento de um Sindicalismo Revolucionário, que teve um significado importantíssimo para as lutas operárias no Brasil da Primeira República. Até a década de 1930, o sindicalismo revolucionário no Brasil conseguiu articular os operários nas regiões mais industrializadas, conseguiu realizar Congressos Operários, teve significado sem precedentes na Greve Geral de 1917 em São Paulo etc. O mesmo pode-se dizer da

¹⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre isto, confira nosso ensaio *As Classes Sociais em O Capital* (MAIA, 2011) e a obra de Nildo Viana *A teoria das Classes Sociais em Karl Marx* (VIANA, 2012).

importância do sindicalismo revolucionário na França em fins do século XIX; nos Estados Unidos até a década de 1930, sendo os IWW o último suspiro deste sindicalismo radical; na Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939 etc.

Nas áreas mais modernas da produção capitalista, Alemanha, por exemplo, o sindicalismo é deixado de ser estratégia de luta do proletariado já na década de 1920. Os conflitos entre conselhos operários e sindicatos durante toda a revolução alemã denunciam isto. Nos demais países citados (Brasil, Espanha, Estados Unidos etc.), o sindicalismo de caráter mais radical (anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário) é finado quando se encerra o regime de acumulação intensivo.

Sob o regime de acumulação conjugado, ou seja, com o estabelecimento do Estado integracionista nos países de capitalismo central e dos Estados intervencionistas, também chamados de “nacional desenvolvimentistas”, nos países de capitalismo subordinado, estas instituições se burocratizaram ainda mais. Os países de capitalismo subordinado, sobretudo em América Latina, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 estiveram sob regimes políticos ditatoriais, em sua maioria sob controle dos militares, o que teve implicações também para os sindicatos. No caso do Brasil, mas isto pode ser observado em outros países latino-americanos também, os sindicatos “amarelos”, ou seja, sob controle do Estado ou dos empresários dominam desde a década de 1930.

Durante os regimes militares, a predominância deste chamado sindicalismo amarelo foi quase que absoluta. Nos momentos de reabertura política, houve a emergência do chamado “Novo Sindicalismo”. Este Novo Sindicalismo no Brasil, durante a década de 1970 foi marcado, em certa medida, pela oposição entre comissões de fábrica e sindicatos¹¹.

A grande verdade é que após o estabelecimento do regime de acumulação conjugado, estas tendências do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo perderam completamente o espaço. Deixaram de ser ideias que mobilizam a ação para serem meras ideologias que disputam as instituições sindicais. Assim, se já houve espaço para esta prática, hoje, não há mais. Observe-se, por exemplo, que as reformas de caráter

¹¹ Sobre isto, confira o excelente livro de Brito (1983), que foi um militante ativo da Comissão de Fábrica da Ford-Tratores em São Bernardo do Campo e a análise teórica bem fundamentada de Maroni (1982) acerca desta oposição.

neoliberal não atacaram diretamente as instituições sindicais. Os trabalhadores foram e continuam sendo completamente aviltados em seus direitos ao passo que as instituições sindicais prosperam ou pelo menos se mantêm com relativa estabilidade. Com frequência, novos sindicatos surgem e à medida que são pequenos, tendem a fazer discursos mais radicais, mas nada conseguem. À medida que crescem, que conquistam mais filiados, mais recursos, poder etc. já não se dispõem mais à luta, pois há, por parte da burocracia sindical, o receio de perda dos privilégios conquistados, o receio de gastar os recursos dos sindicatos com lutas encarniçadas, além dos compromissos que os grandes sindicatos assumem com partidos políticos, governos, patrões etc. Assim, quanto maior e mais poderoso é um determinado sindicato, mais moderadas tendem a ser suas posições.

Os sindicatos, portanto, sob o regime de acumulação integral, são instituições completamente contrarrevolucionárias, conservadoras que não desejam e não mobilizam a luta. São hoje instituições muito bem enquadradas dentro da normalidade de reprodução do capital. São tão eficazes que o neoliberalismo não sentiu a menor necessidade de destruí-las. Como todo capitalista consciente e o Estado sabem, os sindicatos são organizações necessárias para o amortecimento dos conflitos radicais empreendidos pelo conjunto das classes trabalhadoras e sobretudo pelo proletariado.

Isto tanto é verdade, que as lutas que vem sendo empreendidas hoje não passam, em grande medida, pela mediação do sindicato. Quando passam, geralmente é por pressão da “base” sobre a “direção”. No Brasil isto está muito bem demonstrado. As lutas dos trabalhadores que conseguem se radicalizar, passam ao largo e contra os sindicatos. O caso dos garis do Rio de Janeiro em 2014, dos trabalhadores da educação em Goiás¹², os rodoviários e ferroviários de São Paulo em 2014 etc. (isto para ficar em poucos exemplos ocorridos no Brasil nos últimos anos). Todas estas experiências de luta nos últimos anos não se deram com os sindicatos, mas sim contra eles. *Assim, qualquer estratégia de luta hoje em dia com vistas a conquistar os sindicatos é contrarrevolucionária em essência, pois simplesmente fortalece e justifica a burocracia sindical, além de ser*

¹² Confira nosso estudo (MAIA & ATAÍDES, 2014), escrito em colaboração com Marcos Ataídes: “Experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás”.

politicamente equivocada, pois a direção da luta hoje em dia não é com os sindicatos, mas sim contra eles. Por isto, os sindicatos, não há que conquistá-los, há que destruí-los.

O desenvolvimento dos sindicatos significa uma ampliação da divisão social do trabalho. A sociedade capitalista é identificada como uma das formas de organização social que mais desenvolveu e aprofundou a divisão do trabalho¹³. A divisão do trabalho é a condição e a base sobre a qual se erigem as classes sociais. Um determinado quadro estabelecido de relações entre as classes é uma ilustração de como está organizada a divisão do trabalho em uma dada sociedade. Assim, quanto mais ampla é a divisão do trabalho, mais amplo será também o número de classes sociais que se relacionam.

O surgimento das classes sociais marca o desenvolvimento histórico fundado na divisão do trabalho. A inversão desta afirmativa também é completamente verdadeira. O desenvolvimento da divisão do trabalho marca o surgimento das classes sociais. Analisando em específico a sociedade moderna, mesmo que em linhas gerais, pode-se atestar a amplitude que adquire. O modo de produção capitalista é fundado na relação antitética entre classe capitalista e classe operária. Cada uma destas comporta um conjunto de frações e estratos. Por exemplo, a classe capitalista é fracionada em burguesia industrial, comercial, agrária, financeira etc. (estas frações podem, em determinados contextos, conflituarem entre si). A classe operária em proletariado fabril, de minas, rural, construção civil etc.

Mas além destas duas classes, há outras. Por exemplo, a atividade agrícola, além de comportar a burguesia¹⁴ e o proletariado agrícola, conta também com a classe camponesa, que é, por sua vez, dividida em vários estratos de acordo com o tamanho de suas terras e os capitais que tem para investir. A sociedade capitalista, contudo, não se restringe ao modo de produção. A ele relacionam-se diretamente as formas de regularização das relações sociais (superestrutura), sendo o Estado a principal delas. Para que o Estado funcione adequadamente é necessário todo um corpo administrativo. A

¹³ Uma das análises mais penetrantes sobre a gênese, essência e desenvolvimento histórico da divisão do trabalho encontra-se na Ideologia Alemã de Marx & Engels (1976).

¹⁴ Por burguesia agrícola entenda-se aqui uma fração da classe capitalista que investe seu capital ou parte dele em atividades agrícolas. Burguesia agrícola aqui, portanto, não remete a um capitalista que mora numa fazenda e fica observando seu gado engordando ou sua plantação crescendo.

este corpo podemos dar o nome de burocracia estatal (governamental e permanente). A burocracia, contudo, não se restringe à esfera estatal e amplia-se para o conjunto da sociedade civil, conformando a burocracia civil (executivos de empresas, administradores, diretores de ONG's, de partidos políticos, de sindicatos, de igrejas etc.). Ou seja, a atividade de gestão e administração gera uma classe social extremamente ampla sob o capitalismo, comportando ela vários estratos e frações.

A atividade intelectual (científica, artística, técnica, tecnológica etc.) gera outra classe social, a intelectualidade. Esta, tal como as outras é preme de um conjunto de frações e estratos. O desenvolvimento das universidades, centros de pesquisa, cinema, televisão etc. promove um crescimento sem precedentes desta classe social específica. Poderíamos estender nossa análise a várias outras classes (trabalhadores domésticos, lumpemproletariado, trabalhadores subalternos das formas de regularização etc.). Não é este, contudo, nosso propósito¹⁵.

Demonstramos ao longo deste estudo o desenvolvimento das instituições sindicais em sua relação com o desenvolvimento geral da sociedade capitalista através dos sucessivos regimes de acumulação. O regime de acumulação intensivo consolida o processo de burocratização dos sindicatos. Sob os regimes de acumulação conjugado e integral, os sindicatos ilustram inúmeros conflitos com os trabalhadores, sendo os movimentos mais radicais da classe operária (e outras classes trabalhadoras) contrários aos sindicatos.

Este tipo de coisa ocorre por que os sindicatos conformaram-se, em seu desenvolvimento histórico, como uma instituição dentro da sociedade capitalista. Eles tornaram-se algo instituído e instituinte do modo capitalista de produção. Como instituição tipicamente capitalista (mesmo que discursivamente fale em nome dos trabalhadores e por vezes coloque-se em lutas locais por melhores salários, melhores condições de trabalho), os sindicatos agem somente dentro do instituído. *Além deste aspecto fundamental, os sindicatos significaram, do regime de acumulação intensivo em diante, mas, sobretudo, após o regime de acumulação conjugado (pois no período anterior*

¹⁵ Para um estudo mais detalhado das classes sociais sob o capitalismo, confira (VIANA, 2009); (MAIA, 2011) entre outros. Para um estudo sobre classes específicas, confira: sobre intelectualidade (BRAGA, 2014), (MARQUES, 2013), sobre burocracia (MAIA, 2013).

ainda houve avanço do sindicalismo revolucionário), um aprofundamento da divisão social do trabalho dentro do capitalismo. Criaram uma nova classe social: a burocracia sindical.

Como já dissemos, a burocracia é uma classe social especializada em gerir as instituições. Trata-se, no capitalismo contemporâneo, de uma classe social extremamente vasta, comportando inúmeras frações (estatal, empresarial, eclesial, escolar, universitária, terceiro setor, partidária etc.). A burocracia sindical é mais uma destas frações. O fato de ser uma única classe, não implica que não haja conflitos de interesses entre suas inúmeras frações. A burocracia sindical de uma determinada categoria profissional (rodoviários, por exemplo) pode entrar em conflito com as burocracias estatal e empresarial que fazem a gestão dos transportes. O elemento central aqui é a posição que todas elas ocupam na divisão social do trabalho: gerir uma determinada instituição dentro da sociedade capitalista. Burocracia estatal: Estado; burocracia empresarial: empresas capitalistas (fábricas, lojas comerciais, empresas de ônibus, bancos etc.); burocracia eclesial: igrejas; burocracia partidária: partidos políticos; *burocracia sindical: sindicatos.*

No longo prazo e para a estabilização da sociedade capitalista, a burocracia sindical hoje é tão importante como qualquer outra fração desta classe. Ela é parte da lógica de estabilização dos conflitos sociais. Toda vez que há dissídio entre trabalhadores e patrões (sejam estes o Estado ou empresários privados), os sindicatos são os membros natos, as instituições recomendadas para resolver o dissídio, às vezes conseguindo algumas migalhas aos trabalhadores, mas via de regra restabelecendo a normalidade e estabilidade das relações sociais.

Esta classe social, à medida que se cristaliza como um fragmento do conjunto social passa também a elaborar representações sobre si mesma. Estas representações se materializam em ideias complexas (ideologias), bem como em representações cotidianas menos elaboradas, em valores, concepções políticas etc. Daremos aqui um breve destaque a algumas destas representações ideológicas¹⁶.

Marx e Engels, discutindo o processo social de formação dos ideólogos, profissionais especializados em produzir ideologias, afirmam:

¹⁶ Só para frisar, a concepção de ideologia aqui defendida é a mesma elaborada por Marx, ou seja, falsa consciência sistematizada. Formas ilusórias de consciência que são sistematizadas em forma de ciência, direito, filosofia, teologia etc.

Reencontramos aqui a divisão de trabalho que antes encontramos como uma das forças capitais da história. Manifesta-se igualmente no seio da classe dominante sob a forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material, a ponto de encontrarmos duas categorias diferentes de indivíduos nessa mesma classe. Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que refletem e tiram a sua substância principal da elaboração das ilusões que essa classe tem de si própria), e os outros têm uma atitude mais passiva e mais receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, os membros ativos da classe e dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e ideias sobre as suas próprias pessoas (MARX & ENGELS, 1976, p. 56).

Os autores alemães estão, neste trecho de *A Ideologia Alemã*, refletindo sobre o desenvolvimento da classe capitalista e do conjunto de ideólogos que sistematizam as representações ilusórias da classe em forma de ideologia (ciência, filosofia etc.). Embora eles considerem aqui que os ideólogos sejam membros da classe capitalista responsáveis por sistematizar as falsas ideias, sendo que o mais comum é uma outra classe fazer isto (a intelectualidade)¹⁷. Contudo, também não é incomum membros vindos diretamente das linhas de produção da burguesia elaborarem sistemas ideológicos.

O que nos interessa, de fato, nesta discussão, é compreender como esferas de atividade além de produzirem as classes sociais, produzem também um conjunto de representações que são típicos da classe que domina tal atividade. A intelectualidade produz suas representações (conhecimento como valor universal, neutralidade científica, arte pela arte etc.); a classe capitalista cria as suas (liberdade de mercado, desenvolvimento econômico, progresso etc.); a burocracia cria as suas também (eficiência de gestão, respeito religioso à hierarquia, elogio das instituições, respeito à autoridade, formalismo burocrático etc.). Estas representações típicas da classe são sistematizadas em formas de pensamento complexo, configurando o que estamos denominando aqui de ideologia.

Como isto se opera no que se refere à burocracia sindical? Que tipos de ideias os sindicalistas elaboraram ao longo da história? É disto que nos ocuparemos adiante.

Devido ao desenvolvimento histórico que apresentamos ao longo deste ensaio, os sindicatos tornaram-se, há décadas, instituições a serem combatidas e não

¹⁷ Para um estudo mais detalhado desta classe social, cf. (MARQUES, 2013), (BRAGA, 2014), (VIANA, 2009), (MAIA, 2011) etc.

recuperadas ou conquistadas pelos trabalhadores. Qualquer estratégia política que vise a substituir as atuais direções dos sindicatos por indivíduos supostamente à esquerda das que estão no poder tem como consequência inevitável a justificação dos sindicatos como instituições ainda legítimas das lutas dos trabalhadores. Qualquer trabalhador, por mais revolucionárias que sejam suas ideias, à medida que passa a gerir uma instituição burocrática (o sindicato), deve-se comportar como burocrata, pois é esta função que passa a executar na divisão social do trabalho.

Na contemporaneidade, ou seja, sob o regime de acumulação integral, os sindicatos devem ser combatidos e não conquistados. Esta é a única estratégia política efetivamente proletária no que tange a estas instituições. Da mesma feita, as ideologias que são produzidas com vistas a “justificar”, “revolucionar”, “melhorar”, “radicalizar” etc. os sindicatos devem, também, ser combatidas e não aprimoradas. Em uma palavra, combater os sindicatos é também refutar as ideologias que os justificam.

Infelizmente, devido às dimensões desta Revista, não dispomos mais de espaço para criticar em detalhe todas as ideologias relativas aos sindicatos, as quais merecem uma publicação em separado. Restringiremo-nos aqui a apontar algumas delas, demonstrando a base social, material a partir de onde são edificadas: a burocracia sindical.

O primeiro elemento a registrar é que o conjunto de concepções políticas, teorias e ideologias elaboradas a partir das lutas proletárias, bem como contra elas, passam a povoar as representações dos sindicalistas. Assim, as teses bolcheviques, socialdemocratas, fascistas, liberais, católicas, anarquistas, marxistas etc. são incorporadas, adaptadas, ressignificadas quando em contato com o pensamento e a prática sindical. Por isto é lícito dizer que há uma prática sindical sob influência bolchevique, sob influência socialdemocrata, fascista, anarquista etc.

Deste modo, os elementos estruturantes destas correntes, à medida que são incorporados às estruturas sindicais acabam por configurar práticas, ações, ideias dentro dos sindicatos. É conhecida a maneira como os Estados fascistas organizavam os sindicatos, atrelando-os diretamente a si, prática que deu azo ao que se chama de sindicalismo corporativo. Da mesma feita, a socialdemocracia, o bolchevismo, cada um a seu modo, articulam as instituições sindicais de modo a reproduzirem ou fazerem parte

de sua estratégia global de “tomada do poder”. O mesmo se passa com a doutrina anarquista, que criou, inclusive, uma tendência dentro da prática sindical, o anarcosindicalismo, bem como teve forte influência na conformação do que ficou conhecido como sindicalismo revolucionário.

A facilidade com que as estruturas sindicais podem ser apropriadas por diferentes correntes políticas, bem como o modo como se colocam como instituições que são facilmente enquadradas dentro da ordem institucional já denunciam aspectos de sua constituição que não podem ser desprezados pelos militantes políticos de nossos dias. As várias centrais sindicais, os vários sindicatos filiados às centrais ou independentes estão geralmente sob influência de uma ou outra corrente política e nos dias atuais, sobretudo no Brasil, são hegemonzados por um ou outro partido político (PT, PSDB, PMDB, PSTU etc.) ou coligações de partidos semelhantes. A articulação entre burocracia partidária e burocracia sindical é aqui evidenciada de modo cristalino.

Nos dias atuais, portanto, disputar as instituições sindicais, é se colocar no campo das disputas partidárias de aparelhamento das estruturas sindicais e mais do que isto, é justificar este espaço como sendo ainda legítimo, sendo que, na verdade, como demonstramos, trata-se de mais uma instituição que representa interesses de classes que não são coerentes com os da transformação revolucionária da sociedade.

Assim, o sindicalismo de corte fascista, católico, liberal, socialdemocrata, bolchevique etc. jamais se configuraram efetivamente como uma proposta revolucionária, ou seja, de autonomização e auto-organização da classe operária. Cada um a seu modo, sempre tentou influenciar as instituições sindicais de modo a subordiná-las a seus objetivos e tais objetivos, via de regra, não coincidem com os interesses históricos de transformação radical das relações sociais. A história da socialdemocracia alemã de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX é exemplar deste processo. Também o rompimento da classe operária com seus sindicatos via criação de conselhos operários e uniões operárias é sintomático desta relação conflituosa entre instituição sindical e classe operária.

A maneira como os Estados fascistas em Europa lidaram com as estruturas sindicais é outro exemplo de como tais instituições (sindicatos) são entraves ao desenvolvimento autônomo do proletariado. Em Alemanha, Itália etc., com a criação do

sindicalismo corporativo, conseguiu-se de tal modo um controle do movimento operário (claro que o controle dos sindicatos não era o único instrumento) que a passividade da classe foi elemento de estabilização destes sistemas, por definição, profundamente instáveis. Esta mesma prática, com diferenças obviamente, foi verificada no Brasil, Argentina etc. após a década de 1930.

De um ponto de vista revolucionário, criticar as práticas fascistas, socialdemocratas, bolcheviques, liberais etc. dentro dos sindicatos, é quase como bater em bêbado que já se encontra desacordado. Tais ideologias, com suas práticas políticas, bem como suas instituições (partidos políticos, Estado etc.) já foram, do ponto de vista teórico, liquidadas a tempos. Há uma extensa bibliografia de desmonte teórico destas velhas ideias e velhas práticas.

No que toca à questão sindical, o que mais vem ganhando espaço nos últimos anos é a retomada do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo. Estas correntes políticas, com suas práticas, tiveram um significado de importância nas lutas proletárias de antanho. Durante os regimes de acumulação extensivo e intensivo, em vários lugares do mundo, a luta proletária sob influência anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária tirou o sono das classes dominantes. Exemplos disto podem ser listados facilmente: os IWW nos EUA (PORTIS, 2004), o sindicalismo revolucionário na Argentina (COLOMBO, 2004), no Brasil (SAMIS, 2004; MATEUS, 2013), na Itália (ANTONIOLI, 2004) etc.

Vários elementos distinguem o sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo das correntes citadas anteriormente (vou deixar de lado aqui as tendências liberais, católicas, fascistas por motivos óbvios). Segundo a perspectiva bolchevique, os sindicatos devem ser a correia de transmissão das políticas do partido, ou seja, os militantes do partido devem tomar as direções sindicais ou influenciá-las de tal modo que consigam fazer os sindicatos empreender as políticas definidas no seio partido. A perspectiva sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista, pelo contrário, são adeptos da ação direta, elaborando os sindicatos, de maneira horizontal, as estratégias e formas de ação, não passando, portanto, pela mediação de nenhuma outra instituição.

Outro elemento a ser tomado em conta é o papel que cumprem os sindicatos durante e após o processo revolucionário. Segundo a perspectiva bolchevique, os

sindicatos devem cumprir o papel de defender os interesses dos trabalhadores dentro do capitalismo, devem fazer a mesma coisa durante o chamado período de transição, mas já colaborando com o “Estado proletário”, para durante o comunismo desenvolvido desaparecerem para algumas tendências ou incorporarem a gestão da economia, segundo outras tendências. Segundo a perspectiva anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária, os sindicatos são os órgãos de luta dos trabalhadores dentro da sociedade capitalista e serão, também, os órgãos de gestão da futura sociedade a ser constituída a partir dos escombros do modo capitalista de produção. Aqui não há espaço para período de transição, partido político, Estado proletário etc.

Entre vários outros elementos que distanciam estas concepções, que não mais desenvolveremos aqui, há o elemento que as aproxima: a instituição sindical como instrumento legítimo de luta das classes trabalhadoras. Contudo, o que os sindicalistas revolucionários do início do século XX defendiam tinham uma base material que permitia que suas ideias tivessem uma operacionalidade concreta dentro das lutas sociais. Tratava-se de ideias revolucionárias que se encontravam em organizações que apontavam para práticas revolucionárias. Atualmente, contudo, as mesmas ideias revolucionárias indicadas pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo, quando em contato com as atuais instituições sindicais, convertem-se em verdadeiras ideologias, ou seja, ideias fora do tempo que acabam justificando as relações de dominação estabelecidas¹⁸. Defender, nos dias de hoje, o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo, é defender a disputa das instituições sindicais existentes, já que criar outros sindicatos, outro sindicalismo etc. não está historicamente na vez, trata-se de algo que não se coloca como tendência. *Por isto, as ideologias sindicais, de todas as tendências, não há que aprimorá-las, há que refutá-las.*

¹⁸ A crise do sindicalismo revolucionário no Brasil, por exemplo, não se deve ao fato de as ideias “libertárias” criticarem o partido político e a tomada do poder de Estado como estratégia política, como defende Antunes (1988), mas sim à própria institucionalização e burocratização das instituições sindicais, processo que retirou o terreno vivo das práticas libertárias dentro do movimento operário no Brasil.

Referências

- ANTONIOLI, M. A U.S.I.: O sindicalismo revolucionário italiano. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1982.
- BARROT, J. **O movimento comunista**. Porto: & Etc, 1977.
- BERNARDO, J. **Capital, gestores, sindicato**. São Paulo, Vértice, 1987.
- BRAGA, L. Intelectualidade e perspectiva de classe. **Revista Despierta**, Ano 01, Número 01, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/1braga1/149>. Acesso em 14/02/2015.
- BRITO, J. C. A. **A tomada da Ford**: o nascimento de um sindicato livre. Petrópolis: Vozes, 1983.
- COLOMBO, E. A F.O.R.A.: O finalismo revolucionário. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MAIA, L. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.
- _____. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- _____. A burocracia escolar. In: SILVA, J. S da; BRAGA, L; MAIA, L (orgs.). **Classes, Estado & Sindicalismo**. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MAIA, L. & ATAÍDES, M. Experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás. **Revista Despierta**. Ano 1. n . 1, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/5maiataides1/146> , acesso em 02/02/2015.
- MARONI, A. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/1978. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARQUES, E. Intelectualidade e luta cultural. In: MARQUES, E. & BRAGA, L. (orgs.). **Intelectualidade e luta de classes**. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MARX, K. **O capital**. v. 3. t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital**. v. 1. t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes/Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MENDONÇA, J. C. **Além de partidos e sindicatos**: organização política em Anton Pannekoek. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

PANNEKOEK, A. **Os conselhos operários**. Madrid: Zero, 1977.

_____. Le syndicalisme. In: KOSCH, K.; MATTICK, P.; PANNEKOEK, A.; RUHLE, O.; WAGNER, H. **La contre-révolution bureaucratique**. Unio Générale D'Éditions. Paris, 1973.

PANNEKOEK, A.; KORSCH, K.; MATTICK, P. **Crítica del bolchevismo**. Barcelona: Anagrama, 1976.

PORTIS, L. Os I.W.W. e o internacionalismo. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

SAMIS, A. Pavilhão negro em pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

SILVA, J. S. da. Sindicalismo: da expectativa revolucionária à crítica da conformação burocrática. In: SILVA, J. S da; BRAGA, L; MAIA, L (orgs.). **Classes, Estado & Sindicalismo**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

VIANA, N. Anton Pannekoek e a questão sindical. In: VIANA, N. & BRAGA, L. **A questão da organização em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. **Estado, democracia e cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

_____. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookees, 2012.